ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 7 • n. 17 • Jan./Jun. 2021)

Entrevista

PAULO JOANIL SILVA, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Pará.

"Nós compreendemos que a terra não é um organismo, não é matéria. Nós somos parte da terra e ela é parte de nós.Quem nos ensinou isso foram os povos indígenas..." indígenas..."

Por Quintas Resistentes: Gabriela Gomes[1]
Euro Mascarenhas Filho[2]
Jessica Santos[2]

Ao longo dos anos, desde o século passado, quando do projeto da integração física e subordinada da Amazônia ao País e aos circuitos da economia mundial, a Amazônia tem se consagrado como a região onde mais se mata camponeses, dirigentes e apoiadores da luta pela Reforma Agrária, defensores de direitos humanos e do meio ambiente. Nesta conjuntura, o estado do Pará, em particular a região sul, notabilizou-se mundialmente como o mais violento quando o assunto é a luta pela terra. Os anos de 1980 são considerados os mais trágicos na utopia de uma terra sem males e cercas. O ambiente era marcado pela busca por uma terra para quem nela vive e trabalha, a defesa de uma terra de trabalho, e não de negócio.

Paulo Joanil da Silva, com 41 anos de missionário e sacerdócio dedicados aos pobres do estado do Pará, é testemunha ocular de boa parte dessa história. Paulinho, como é conhecido popularmente, é natural do sul de Minas Gerais. Filho de uma família camponesa, orientada pela indignação de um pai inconformado com a concentração da terra, tem como referência de luta os fundadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dom Tomás Balduíno e Dom Pedro Casaldáliga, (ex) bispo no Araguaia, do Mato Grosso, ambos já falecidos. Os estudos filosóficos e teológicos foram realizados no estado de São Paulo. Ao ouvir os religiosos falarem sobre a Amazônia, tomou interesse pela questão. Mesmo antes de encerrar a jornada no seminário fez uma viagem no melhor estilo mochileiro para conhecer o sul do Pará, e lá sentou praça, a conviver com toda ordem de violência em uma região explosiva, marcada pela forte militarização, por conta da Doutrina de Segurança Nacional. No Pará trabalhou em equipe com a missionária Irmã Dorothy Stang, quando esta militava na região de Marabá.

---

[1] Jornalistas populares e negros ligados ao Núcleo Piratininga de Comunicação Popular (NPC), instituição com sede no estado do Rio de Janeiro. O NPC peleja no campo da comunicação popular há quase 30 anos. A entrevista foi concedida no dia 3 de junho de 2021, no Programa Quintas Resistentes, transmitido via redes sociais.

Nesta prosa de quase duas horas, no dia dedicado a Corpus Christi, padre Paulinho, Oblato de Maria Imaculada, atual coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Pará, instituição ligada à Igreja Católica, alinhada na defesa da reforma agrária, conta sua jornada para chegar ao Pará, as pelejas junto aos pobres migrantes em busca de uma terra sem males. Paulo, como muitos brasileiros, é um combatente em defesa da vida. Como muitos, carrega o Silva no sobrenome.

Quintas Resistentes – A gente agradece a sua gentileza em participar da nossa prosa e pediria que o senhor falasse um pouco sobre a sua trajetória.

Padre Paulinho – Antes de me apresentar, boa noite a todas e a todos que participam deste programa. Agradeço pelo tema que vocês escolheram. Fico muito emocionado pelo título do programa: "Quintas Resistentes". Nós somos o Povo da Resistência. A luta pela terra no Brasil é uma luta de mais de 500 anos de resistência indígena, do povo negro escravizado, e continuam as resistências nas comunidades quilombolas, nas aldeias dos povos indígenas, nas comunidades tradicionais, os sem terras. Enfim, toda essa população que dá forma à minoria esmagada pelo sistema colonial. Sistema que atualmente ganha esses rostos macabros. Porém, é a mesma vertente do colonialismo, o qual nós chamamos hoje de latifúndio ou agronegócio, melhor dizendo "agromorte". Essa resistência sempre esteve presente nas lutas populares. Eu queria parabenizar esse programa, que faz parte de um legado de resistência popular, da comunicação popular. A comunicação que vem canalizar o clamor dos oprimidos e o grito por liberdade, justiça e dignidade humana. Então, parabéns para vocês, e renovo esse meu agradecimento.

Vamos à trajetória. Trabalho na Comissão Pastoral da Terra (CPT), aqui no estado do Pará. Contudo, minha ligação à terra vem de uma história da minha própria família. Sou natural do sul de Minas Gerais. Meu pai, João Cândido da Silva, por toda a vida, trabalhou como escravo nas fazendas de café ou de gado para criar cinco filhos. Ele morreu idoso, sempre sonhando com um pedaço de terra que fosse seu. Esse sonho dele agora é no Reino de Deus, de ter um pedaço de terra para ser livre. Ele nunca abaixou a cabeça ou se acomodou em ser empregado de patrões fazendeiros do sul de Minas. Ele já dizia que o bolso do patrão não tem fundo, só quer o lucro à custa do suor dos trabalhadores.

A gente era muito pequeno. O pai era um analfabeto de letras, contudo politicamente muito consciente. Os valores por ele repassados carrego comigo e sempre carregarei na memória histórica das minhas origens. O pai era um revoltoso. Um dia, falando com os meus irmãos, num encontro, há muitos anos, analisei que, se na época em que meu pai trabalhava como escravo, como tantos outros companheiros, existisse um MST, ele seria uma grande liderança do movimento. Pelo que nós conhecemos das místicas da resistência do MST, ele seria uma liderança por conta do inconformismo que carregava diante das situações de injustiça, como a brutalidade dos patrões, que só veem no trabalhador rural o suor para arrancar o sangue, enquanto tiver energia, e depois, como lixo, é jogado no mundo, na lixeira, descartado. Foi por esse motivo que minha mãe, Rita Cândida da Silva, não viveu muito. Ela faleceu aos 42 anos, muito jovem. Nós éramos pequenos. Cinco filhos homens, e meu pai nunca teve uma oportunidade de levá-la para um centro maior para um tratamento digno, para tratar o problema cardíaco, e a gente carrega essa marca de indignação que fica da classe trabalhadora no campo e também na cidade.

Rapidamente, eu, desde a infância, enquanto a minha mãe era viva, tinha um desejo de decifrar o porquê de ser missionário, ser padre a serviço do Reino de Deus. Com o processo muito lento, participando muito pouco da vida de Igreja lá no sul de Minas, haja vista que o padre que tinha na cidade raramente ia à zona rural, e quando ele ia, era na casa do fazendeiro rezar missa. A gente ficava de longe espiando aquilo sem entender muito bem. A igreja estava identificada com a casa grande, com os patrões, mas aquele desejo foi alimentado, conheci um padre missionário, da minha Congregação, que nos visitava nas escolinhas rurais ou na cidade, com muita frequência, falando o que era um missionário; então, esse desejo reacendeu fortemente de ser Oblato de Maria Imaculada. Tinha um seminário menor na cidade vizinha chamada Poças de Caldas e ele queria encher o seminário; então, joga-se a malhadeira para rebanhar a meninada para ir para o seminário. Era muita fantasia, porém não vou me aprofundar nesse assunto. Nesse meio do processo, minha mãe veio a falecer, e eu desisti completamente desse negócio de sair de casa e acabei assumindo as tarefas de casa, de fazer comida e levar para roça (o pai e os irmãos mais velhos trabalhavam) e de ir pra escola também. Meu pai insistia muito que nós estudássemos, era permanentemente a insistência dele: "quero que vocês estudem para não morrer escravo num cabo de uma enxada igual eu, sujeito a um patrão". Até que o pedido dele nós cinco atendemos, todos estudamos para ser livres. Eu lembro do profeta Oséias, que dizia assim: "Meu povo se perde por falta de conhecimento", Oseias, capítulo 6.

Quintas Resistentes – Como se deu a sua formação?

Padre Paulinho: Ao entrar no seminário, no processo de formação para terminar o ginasial, vem a etapa de ir para o ensino superior, assim segui para São Paulo. Importante falar dessa temporada. Passei entre 8 e 9 anos nos estudos de Filosofia e Teologia, no período da Ditadura Militar Brasileira, nesse estado. Fui para São Paulo em 1971, com 21 anos, e já na coordenação da Igreja de São Paulo estava Dom Paulo Evaristo Arns; Dom Mauro Meireli, Dom Angélico, entre tantos outros bispos, muitos profetas que enfrentaram a ditadura militar. Nós, como estudantes de seminários religiosos, todos mergulhamos nas lutas estudantis pelo fim da ditadura militar. Seja na luta operária, nas lutas do movimento contra o custo de vida, movimento de luta por transporte, por moradia digna nas periferias. Haja vista que nossa Casa de Formação era sempre na periferia, junto dos empobrecidos. Isso é uma parte fundamental do processo da formação, de estar de raiz, de corpo, alma e coração, junto com o povo que sofre na periferia. Não tinha esse negócio de prédio grande de internato, vivendo do bom e do melhor, não. Era a escolha da congregação, e a gente assumiu isso. Nesse período da faculdade, em São Paulo, tanto na Filosofia quanto na Teologia, nós nunca deixamos de participar de um movimento popular. Conhecemos o dirigente sindical dos metalúrgicos de São Paulo (ABC Paulista) Santo Dias da Silva, morto pela PM em 1979. Vivenciamos a truculência policial do aparato de segurança do governo Maluf, dos generais, todas as manifestações estudantis. Estávamos todos lá. Eu lembro que tanto a própria faculdade de Filosofia como a de Teologia suspendiam as aulas em comum acordo com os professores para que nós, seminaristas, pudéssemos ir às manifestações. Isso marcou muito também a nossa vida e a nossa consciência social, política e de enfrentamento à ditadura.

Quintas Resistentes – Quando o senhor decidiu ir para a Amazônia, para o Pará em especial, uma terra marcada pela violência contra os trabalhadores rurais?

Padre Paulinho: Vocês colocam uma perguntam muito legal. Por que eu escolhi sair do sul de Minas e de São Paulo e vir para o Pará? Qual foi a motivação que me trouxe para o sul do Pará? Durante o período estudantil, em São Paulo, por ocasião das conferências dos bispos do Brasil em Itaici, cada ano alguns bispos vinham a São Paulo fazer conferências e palestras. Seja na Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica (PUC), seja em praça pública. Lembro muito bem de Dom Pedro Casaldáliga. Ele enchia estádios, assim como Dom Tomas Balduíno, entre outros, como Dom José Maria Pires, Dom Valdir e outros bispos profetas da época. Então, esses encontros com eles, que levantavam aquela voz profética trazendo a questão da luta pela terra, foram inspiração. Coloco dois bispos inspiradores iniciais da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Brasil, Dom Pedro Casaldáliga, de São Felix do Araguaia, no Mato Grosso, e Dom Tomas Bauduíno, bispo de Goiás. Imediatamente a ideia dos dois ganhou corpo, ganhou muita adesão de muitos outros bispos do Nordeste e de todo lugar do País. Foi um processo muito claro, muito objetivo, muito profético e foi-se criando a CPT, igualmente o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). As falas desses dois profetas foram essenciais em minha trajetória. Lembro-me também do lançamento do filme Anel de Tucum, que ocorreu no Centro de Cultura de São Paulo. Nós estávamos todos lá. Não havia lugar para a multidão que chegava naquele auditório. O pessoal sentou todo no chão. Era perto de duas mil pessoas no lançamento do filme Anel de Tucum. Uma memória dessa aliança das causas e consequências das lutas pela terra e pela vida. Como diz Dom Pedro: "Quem usa queima", aliança dos pobres.

Quintas Resistentes – E em seguida às influências dos bispos, qual foi a medida tomada?

Padre Paulinho: Eu e outro colega de faculdade manifestamos ao nosso coordenador da Casa de Formação dos Oblatos o desejo de vir conhecer o sul do Pará. Porque se falava muito do sul do Pará, das situações de conflitos da luta pela terra, sobre a Guerrilha do Araguaia, onde já havia oblatos franceses. Dois deles torturados pelos militares, pelo Major Curió, vivo até hoje. Nunca foi punido pelos crimes que cometeu. Dois dos nossos colegas foram presos e torturados, Padre Roberto e Humberto. Padre Humberto já faleceu em 2007, eu trabalhei com ele no sul do Pará, e Padre Roberto está vivo e trabalha na periferia de Manaus com os indígenas. Então, a gente tinha um desejo de conhecê-los. Nunca vimos a cara deles. O nosso coordenador, com toda abertura possível, nos deu o aval: vocês podem ir. O nosso desejo era vir de carona, sem dinheiro no bolso. Como é bom ser jovem aventureiro, né? Logo colocamos a mochila nas costas, e saindo da capital viemos para o trevo, e foi de dedão até chegar em Marabá, sete dias de aventura. Lá fomos acolhidos pelo bispo Dom Alano Pena, que é vivo até hoje, em Niterói, Rio de Janeiro, é bem idoso. Teve um relevante papel na região. Essa experiência de ter passado um mês em Marabá, conhecendo, pisando aquele chão totalmente novo, pra quem vem do sul de Minas e de São Paulo, me aqueceu um desejo de, quando terminasse os estudos, que seriam anos depois, em 1978, de vir para cá. Manifestei o desejo e meus superiores imediatamente deram sinal positivo para ocupar o front nas missões no sul do Pará, e foi assim que eu cheguei ao sul do Pará. No ano anterior, em 1977, com a visita, eu já conhecia a Irmã Dorothy, juntamente com a Irmã Rebeca, que trabalhavam na luta pela terra, na formação sindical, na conscientização da Bíblia, no mu-

nicípio hoje chamado Abel Figueiredo. Elas ficaram ali alguns anos. Convivi com elas durante 15 dias, no mês de janeiro de 1977. A gente foi bebendo também dessa mística, dessa energia de Irmã Dorothy. Vim definitivamente para o Pará em janeiro de 1979. Fui ordenado padre por Dom Paulo Evaristo Arns, em São Paulo, em dezembro de 1978, e no mês seguinte eu coloquei a mochila nas costas e vim para Marabá, para essa missão, a primeira missão. A primeira equipe missionária no sul do Pará foi exatamente com Irmã Dorothy e um seminarista de Belém, que estava estagiando. Morávamos na casa do povo, não tínhamos casa paroquial e assim a gente foi aprendendo, no exercício de muito respeito e escuta sobre as lutas daquele povo, o que era então o conflito pela terra. A gente tinha muito conhecimento por leitura, por palestra, etc. Todavia, ali, cara a cara, enfrentando latifúndio, grilagem e aquela multidão de migrantes chegando do Maranhão, Ceará, Piauí, Goiás, Minas, Bahia e de todos os estados à procura de terra sem males, pedaço de terra para serem livres do latifúndio de outros estados, era outra coisa. Era uma movimentação migratória intensa, nós chegamos nesse movimento para formar essa primeira equipe missionária e também na CPT da Diocese de Marabá. Nós nos chamávamos equipe da estrada PA-150, que era uma estrada nova, aberta pelo estado para ligar o sul do Pará à capital. Uma terra devoluta, terra da União, onde a disputa era, e continua a ser, sangrenta, violentíssima. De um lado os latifundiários, os grileiros, os madeireiros, os donos de serraria vindos do Sul, com todo o apoio do regime militar, apoio do estado, apoio do Judiciário, apoio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), apoio de todos; enquanto do outro lado estavam os camponeses, sem teto, posseiros que tinham a força da presença de frações da Igreja Católica. Isso eu agradeço à Diocese de Marabá, Irmã Dorothy, aos Oblatos e a milhares de leigos e leigas que me ensinavam.

Quintas Resistentes – Qual o papel do militar conhecido como Pesão na região?

Padre Paulinho: O Pesão era um sargento da Polícia Militar do estado do Pará. Por que Pesão? Era o apelido dele porque ele tinha dois pés enormes, diziam ser mais de 50 o número do pé dele, então o apelido. O nome dele era sargento Modesto. Ele era uma estrela do quartel da Polícia Militar de Marabá e uma estrela do Governo do Estado do Pará. No governo, quem assumia era um coronel da Polícia Militar, Coronel Alacid Nunes. Os governadores não eram eleitos, eram nomeados por ditadores militares de Brasília. Então, o Pesão, sargento Modesto, tinha uma equipe de soldados da PM com ele e também de pistoleiros. Era um grupo de militares organizado e armado e também de pistoleiros a serviço de fazendeiros, latifundiários. Esse sargento tinha um domínio territorial de mais ou menos 300 km de atuação, onde se dedicava a perseguir os camponeses e os posseiros que estavam lutando para ter um pedaço de terra. Com certeza, ele deve ter enriquecido muito, assim como seus superiores, pegando as propinas de grileiros, de fazendeiros para expulsar, como expulsou e matou, vários camponeses. Era um grupo de assassinos na região do sul do Pará. A CPT tem em seu banco de dados quantos assassinatos eram cometidos pelo grupo do sargento Modesto, o chamado Pesão. Só um parêntese nessa história que me marcou definitivamente na região. No dia em que chegamos pela primeira vez, Padre Humberto, Irmã Dorothy e Eduardo, o seminarista estagiário, nós vivíamos na casa de uma família. Naquela noite já havia um grupo de posseiros nos esperando, a irmã já era conhecida. Ela visitava muito frequentemente o Padre Humberto também. Esperando porque o grupo do sargento Modesto, Pesão, já estava numa área fazendo despejo e torturando mulheres, crianças, onde queimavam casas e

roças. O pessoal estava em pânico, sem saber o que fazer, e eles tinham jurado de pegar, prender a Irmã Dorothy e o Padre Humberto. Eles já eram ameaçados e perseguidos pelo grupo do sargento Pesão. Então, naquela rodinha de conversa rápida na casa da família, eu ingenuamente fiz uma proposta de ir à delegacia pra ver o que estava acontecendo nas torturas, nas prisões, nos interrogatórios dos posseiros, e a motivação que eu coloquei foi muito ingênua, mas politicamente correta. Eu nunca tinha ido à região, ninguém me conhecia e eu não conhecia ninguém, desse fato todo mundo gostou. “Então, Paulinho, você vai para ver, para recolher provas contundentes”, provas assim de cara a cara do que acontecia dentro da delegacia, que eram centros de torturas dos posseiros. Então, eu me misturei no meio de um grupinho, não sabia onde era a delegacia, porque chegamos de noite e acordamos lá na cidade, era um povoado chamado Arraiais. É uma beleza a gente ser desconhecido, no anonimato a gente escuta o que não quer e vê o que não deve. Entretanto, escutei e vi o que queria escutar. Lá o pessoal entrava na delegacia numa salinha pequena, e eu entrei também junto com o grupo de posseiros. Encostei-me numa parede e vi o sargento Modesto, o Pesão, na mesinha, armado com dois revólveres, pistoleiros armados até os dentes, os policiais humilhando todo mundo do lado de fora, e fiquei lá, simplesmente em silêncio e escutando sem tremer. Não tive medo, eu queria era colher, escutar e ver. Escutei e vi. Aí um por um ele entrevistava, batia, metia a taca, e eu escutava tudo, numa salinha, de fora dessa sala de audiência, um homem gritando muito. Eu me escorreguei na parede para ele não perceber, até ver o que estava acontecendo. Era um posseiro que estava no pau de arara nu sendo torturado, já saindo sangue; eu vi e fiquei, eu queria era ver tudo, e claro, depois fazer o registro disso. Então, quando terminou esse cenário macabro, eu fiquei só, encostado na parede. Então ele virou pra mim, o Pesão, e disse: "E você aí, moleque, o que você quer aqui, seu invasor de terra?" Eu me aproximei da mesa, dei bom dia pra ele e me identifiquei: Eu acabo de chegar aqui em Arraiais, eu sou padre, missionário, estou aqui enviado pelo bispo Dom Alano Maria Pena, bispo de Marabá, para começar a minha missão, e aqui estou começando a minha missão. Ele logo me esculhambou, “manda dizer para aquele bispo comunista, se ele quiser apoiar posseiros e invasor de terra, que a Igreja compre terra para os invasores”, ok, eu escutei, e aí ele falou: "Pode ir embora, seu padre comunista". Eu até sorri e falei: "Eu vou embora, mas eu não vou sem aquele rapaz que está torturado aí do lado; ele falou “não tem ninguém sendo torturado ali. Tem, eu vi e vou lhe mostrar. Então, ele mandou os soldados irem lá, desalgemaram ele, desamarraram o rapaz do pau de arara. Ele saiu muito fraco, muito machucado. A gente se abraçou, saímos da delegacia e fomos à casa onde estava o Padre Humberto e a irmã Dorothy. Em seguida fomos a uma farmácia para tratar os machucados. Fiz esse relato porque vocês perguntaram quem era o sargento Pesão, e essa introdução já diz quem é. Ele ficou um tempo ali ainda, depois de tanta denúncia sobre as práticas criminosas, ele foi afastado. Somente assim foi possível dissolver o grupo dele, mas os serviços continuaram, e ele volta para o quartel de Marabá. Alguns anos depois eu soube que ele veio a falecer.

Quintas Resistentes – Deixa-me aproveitar que o senhor falou da Irmã Dorothy. O senhor conheceu outras pessoas importantes nessa história da luta pela terra, o Gabriel Pimenta, o Padre Josimo, irmã Adelaide, Arnaldo, o advogado Paulo Fonteles. Pode contar um pouquinho sobre a convivência com essas pessoas, os aprendizados e essas lutas?

Padre Paulinho – Em 1979 já existia uma primeira equipe da CPT da Diocese de Marabá. Estavam ali o Mano (Emanuel Wambergue), Oblato francês, era agrônomo; a irmã Dorothy, o padre Humberto, entre outros. Logo me engajei na CPT; já nessa época, o Paulo Fonteles era advogado da CPT de Belém, mas ele, com muita frequência, ia para o sul do Pará para ouvir, atender no jurídico, mas também na formação política da luta pela terra. O Paulo era mais um educador político popular da luta, da resistência, do que propriamente um advogado. Era um advogado extremamente competente. Nós convivemos muito, conversamos muito, partilhamos muito, ele tinha uma sintonia de leitura da realidade, da luta pela terra extraordinária. Ele foi um mestre para mim. Anos depois que ele conheceu o Padre Ricardo Rezende, que também era da Diocese vizinha, Conceição do Araguaia, conheceu o Gabriel Pimenta, advogado também, um militante do PCdoB, como Paulo Fonteles. Rezende veio de Juiz de Fora. Em seguida veio Gabriel Pimenta, chegou primeiro em Conceição do Araguaia, depois veio para a região de Marabá. Essa luta pela terra entre Conceição do Araguaia, que vem depois da região de Mato Grosso até aqui em Belém, era a única luta pela terra que tinha muita coisa em comum. Então, eu conheci bastante o Gabriel Pimenta, ele bem jovem, extremamente inteligente e muito junto da luta popular. O Gabriel veio a ser assassinado em 18 de julho de 1982 por latifundiários, no centro de Marabá. Paulo Fonteles depois veio para o parlamento, foi deputado estadual por dois mandatos, ainda prestando muita assessoria aos camponeses do Pará e também veio a ser assassinado aqui em 11 de julho de 1987, em Ananindeua, na região metropolitana de Belém, porque esses dois advogados incomodavam muito o sistema dos latifundiários e dos militares. Foram assim os verdadeiros heróis, educadores, defensores dos direitos humanos da classe camponesa, a eles a nossa mais profunda reverência. São heróis do povo, são mártires da luta pela terra, mártires da reforma agrária. Também tiveram outros religiosos ali que vocês citaram, o padre Josimo Tavares, nascido em Marabá. A mãe dele ainda é viva, a dona Olinda, está atualmente em Marabá, muito idosa, muito adoentada, mas até um mês atrás ela estava no Bico do Papagaio (norte do Tocantins/antes território do estado de Goiás, sudeste do Pará e oeste do Maranhão), região que hoje é Tocantins, uma região bem tensa, imortalizada, onde mais gente foi executada na luta pela terra. O padre Josimo pertenceu à Diocese Tocantinópolis, atuou muito ali no Bico do Papagaio, então Bico do Papagaio e Marabá, na divisa com o Rio Araguaia. As equipes da CPT tinham muita relação com a causa de luta, que era única. A questão da terra foi uma questão militarizada. Até hoje existe a militarização da luta pela terra, claro, a favor do latifúndio, isso não tínhamos a menor dúvida. Mesmo que oficialmente o regime militar tivesse terminado, aquela área continuou sobre o domínio do Grupo Executivo de Terras do Araguaia (Getat), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), esse organismo do governo federal dos militares, de modo que o presidente do Getat sempre foi um general, alguém de ofício das Forças Armadas.

Quintas Resistentes – Quem mais fazia parte dessa ciranda de luta pela terra no Pará, num momento tão violento?

Padre Paulinho – A irmã Adelaide era uma missionária do Rio Grande do Sul, da Congregação Filhas do Amor Divino. Ao lado dela vieram mais quatro companheiras para atuarem na região do Carajás, hoje município Curionópolis, Parauapebas, Eldorado dos Carajás. Todas elas eram ligadas à luta pela terra e à luta dos pobres. Ela e a irmã Lourdes, irmã Angelita e depois a irmã

Dulce, todas eram gaúchas. Todavia, completamente identificadas com a luta dos pobres pela terra. Ela (Molinari) veio a ser assassinada na rodoviária de Eldorado dos Carajás, estava conversando, à espera de um transporte, com o sindicalista Arnaldo. O pistoleiro veio para assassiná-lo. Ela estava conversando com ele, de modo que todos nós sabemos da história triste. A bala atravessou o pescoço dela, pegou a artéria principal, e a mesma bala veio no peito do Arnaldo. Ele sobreviveu com sequelas, metade do corpo atrofiado por consequências da bala, ele sobreviveu durante uns anos, até ser assassinado por pistoleiros. Essa é irmã Adelaide Molinari. Até os dias de hoje, todo dia 2 de fevereiro é realizada a caminhada da irmã Adelaide. Com relação à Irmã Dorothy, moramos juntos de 1979 a 1983. Em 1983 ela tomou a decisão de ir para outra área missionária, onde a luta do povo era muito difícil, o povo era abandonado. Ela foi parar na cidade de Anapu, palco de muitos conflitos, região da Prelazia do Xingu, sob a responsabilidade do combativo bispo Dom Erwin Klauter, até hoje vive sob ameaça de morte. Ele já é emérito. Lá ela ficou até ser assassinada, há 12 anos. Por conta do assassinato dela, os camponeses e as camponesas criaram a Romaria da Floresta. Ela ocorre em fevereiro, durante três dias em caminhada até o local onde ela tombou na luta. O padre Josimo foi assassinado em Imperatriz do Maranhão, na região do Bico, quando entrava na sede da CPT, na década de 1980. Os anos de 1980 foram os anos considerados os mais sangrentos. Foi quando os ruralistas criaram a União Democrática Ruralista (UDR). O braço armado dos fazendeiros. O Ronaldo Caiado, novamente governador de Goiás, foi um dos principais articuladores. São muitos os mártires, e não podemos nunca deixar de elencar e lembrar que os camponeses, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, mulheres, homens, sindicalistas foram os mais massacrados. Muitos foram os assassinatos de lideranças, de leigos, os camponeses, mulheres (muitas mulheres que atualmente no sul do Pará, perto de Belém, foram assassinadas pelo latifúndio). A lista dos nomes de militantes, de heróis da luta pela terra é muito grande, basta a gente fazer a consulta nos dados dos Cadernos de Conflitos da CPT, e vamos verificar como as execuções, chacinas e assassinatos têm sido uma constante nas disputas pela terra no Pará, uma constante na luta pela terra e na resistência. Lembramo-nos de muitos casos ocorridos na rodovia estadual PA-150. Era o período em que estavam iniciando irmã Dorothy, padre Humberto e o Eduardo. A gente somava mais ou menos 30 assassinatos por ano, ou mais. Registrávamos os episódios dos quais tínhamos conhecimento. Situação delicada. Se a gente for um pouquinho mais para frente, numa comunidade chamada Arraiais, hoje o município de Goianésia, tinha outro militar lá, tão bruto quanto o Pesão. Era o Aragão. Outro capítulo de violência. O soldado Aragão, da PM, assassinou muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Ele assassinou crianças em uma chacina por causa da luta pela terra, e eu escapei por pouco. Ele botou revólver nas minhas costas. Só que na hora de puxar o gatilho, ele disse que não iria desperdiçar uma bala no padreco vagabundo da minha raça. Eu falei: é você quem sabe. Então, se ele não desperdiçou uma bala, a gente está aqui para continuar resistindo e lutando. Além dos assassinatos e chacinas, existe a prática constante do trabalho escravo, frente que a CPT tem atuado muito no sul do Pará e outras regiões do Brasil, como no Nordeste. O trabalho escravo foi um recurso usado por fazendeiros para formar fazendas. Contudo, hoje esse trabalho escravo vai para as empresas de mineradora, ele vai para o agronegócio; até certo ponto, o trabalho escravo não é mais um recurso do agronegócio, do fazendeiro, do criador de gado, ele está presente em várias áreas e sendo muito denunciado.

Quintas Resistentes – Padre Paulinho, a gente queria continuar na questão do CPT, que o senhor falasse um pouco sobre a criação da CPT durante o período da ditadura militar, e como é que está a atuação hoje?

Padre Paulinho – Como eu disse no início, a inspiração foi de Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomas Bauduíno. Logo a ideia ganhou corpo, simpatia e a adesão em todo o País. Rapidamente, em muitas regiões no Sul, nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, no Nordeste, muito no Nordeste, onde a CPT ganhou muita presença e atuação. É um organismo de pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que tem uma interdependência. Pelo estatuto, a CPT tem uma organização nacional, composta por uma coordenação e uma presidência. O presidente da comissão é sempre um bispo eleito pelo conselho amplo de agentes de pastoral, da CPT, trabalhadores rurais, e com a anuência da presidência da CNBB. A organização é muito simples, não é uma estrutura pesada. É tudo de forma orgânica, de forma coletiva, tem uma coordenação central em Goiânia, a sede onde também tem o acervo documental nacional. Temos uma coordenação, tem um serviço de comunicação, etc. Cada região do Brasil tem os regionais da CPT. Aqui, o Pará é um regional, porque logo que foi criado o nacional, em 1974 e 1975, já foi criado aqui também em Belém o regional da CPT, que naquela época era Pará e Amapá. Atualmente, o regional aqui no Pará compõe-se de nove equipes e nove dioceses de prelazias diferentes. Então, esse trabalho nosso é orgânico, bastante organizado, e a CPT tem uma missão de conservar a subversão da profecia evangélica. Nós nos assumimos como organismo subversivo, nós, da fé cristã. O evangelho é subversivo. Conservamos na memória mística, na espiritualidade, na luta do enfrentamento, por causa do aspecto revolucionário do evangelho, as bem-aventuranças, as próprias práticas revolucionárias de Jesus, como disse o Frei Beto: "Nós somos discípulos de um revolucionário político". A CPT tem como alma, coração, esse grito revolucionário do Evangelho de Jesus, e essa é a mística que sustenta. Nós compreendemos que a terra não é um organismo, não é matéria. Nós somos parte da terra e ela é parte de nós. Quem nos ensinou isso foram os povos indígenas. Nós somos parte da terra, hoje celebrando o Corpus Christi, a terra é corpo e o nosso corpo é parte dela. Não existe dicotomia. Por isso, para nós, a terra não é um negócio. Não é uma propriedade privada. Não é para ser explorada e formada latifúndios, cerca de arame farpado, veneno, agrotóxico. "Pachamama" na cultura andina é mãe terra. Nascemos desse útero. A terra é compreendida como cosmos, um todo. Os rios, as florestas, a biodiversidade. A terra é parte de nós. A CPT, em seu processo formativo, bebe dessa certeza de que a luta pela terra serve para plantar feijão, arroz. Ela nos nutre, nós nutrimos ela. Ela cuida da gente e a gente cuida dela. Assim como as águas, as florestas. A gente lembra muito da irmã Dorothy, ela tinha um lema de vida em que ela dizia assim: "A morte da floresta é o fim da nossa vida, para o povo da terra, os camponeses, indígenas, quilombolas, os povos tradicionais, a floresta em pé é uma fonte de vida permanente". Por isso que combatemos e devemos combater essa questão da propriedade privada. A propriedade privada é um conceito extremamente antibíblico e anticristão. É uma agressão histórica à criação do próprio Deus a propriedade privada. Então, é uma luta permanente em recuperar as nossas origens, e quem nos ensinam isso não são, muitas vezes, os livros, são os povos tradicionais, os indígenas, os quilombolas, que não veem a terra como "meu pedaço, e botar meus marcos territoriais de divisão". A terra não pode ser presa, ela não pode ser apropriada como se fosse escrava para meia dúzia às custas da maioria que vive às margens, passando fome. Então, eu coloco isso, porque esse fator foi o que nos originou essa mística que

sustenta a CPT até hoje. É essa verdade. Não é uma ilusão. Vem da própria Bíblia, vem da história dos povos, vem das resistências dos povos. No trabalho da CPT nós estamos muito unidos, respeitando a liberdade, respeitando a autonomia. O MST, por exemplo, que luta por uma terra sem males, por reforma agrária, a gente chama mais do que parceiros, é uma aliança de causas que se somam. O movimento tem os próprios métodos, sua autonomia, e deve ser sempre assim, e que nunca ousem gerir na liberdade dos movimentos sociais, populares, sindicais, associativos, cooperativos, mas estamos juntos como companheiros e companheiras da mesma e única causa, isso que é bonito nos processos. Como todos sabem, estamos na pandemia, e hoje em Belém, por exemplo, até eu estou nela, já ocorreram três ações do MST nas regiões mais próximas de Belém, de assentamentos que trouxeram aqui para a sede da CNBB, em Belém, no auditório, foram mais ou menos 6 toneladas de alimentos sem agrotóxicos dos assentamentos para alimentar quem passa fome nas periferias de Belém. O MST fez isso de Norte a Sul do País, em vários estados. Entretanto, a mídia nunca mostra essas ações dos movimentos. Exibe as de corporações. Fizemos uma ação de vários movimentos sociais, entidades e pastorais sociais para organizar. Foi um trabalho maravilhoso. Formou-se um verdadeiro altar a partir de toda essa produção que veio dos assentamentos para mostrar produto da reforma agrária para alimentar a população. A ordem é ninguém passar fome. A concentração da terra é o maior pecado, o mais grave em nosso mundo. É isso que provoca a fome. Já na década de 1970 fizemos uma Campanha da Fraternidade cujo tema era Terra para Todos! Terra de Deus! Terra de Irmãos! A terra liberta produz. E a produção não é para ser negócio, não é para ser vendida no mercado, é para ser distribuída solidariamente com quem passa fome. Recentemente fizemos o Sínodo para a Amazônia, com a inquietação ambiental, a defesa dos territórios das populações tradicionais da Amazônia como questão central. Mais uma informação relevante sobre a ação da CPT é a produção, desde 1985, do Caderno de Conflitos, do qual foi lançada agora, dia 31, a mais nova edição.

Quintas Resistentes – Uma questão que eu queria trazer, mas o senhor já respondeu à pergunta, por que numa outra entrevista que o senhor deu, inclusive para o site da CPT, o senhor afirma que não é possível pensar o Reino de Deus sem a justiça, dar garantias do direito à terra para os pobres. Eu ia até perguntar o porquê, mas eu acho que o senhor já deu uma resposta sobre isso. Se o senhor quiser aprofundar um pouquinho mais seu ponto de vista, seria até interessante pensar sobre a cristandade, no cristianismo, do Evangelho. Porque hoje se diz tanta coisa do Evangelho, fala-se que o Evangelho é tanta coisa. Mas do ponto de vista do Evangelho, porque é tão importante essa defesa da terra por direito, como direito de todos e, principalmente, das pessoas pobres?

Padre Paulinho – Bom, para essa tua questão tem que ter outro encontro. A teologia da terra, no Antigo Testamento e no Novo Testamento.

Quintas Resistentes – O educador Luiz Vila Nova vai falar da Teologia da Enxada, não é?

Padre Paulinho – Isso. Ele mora no Maranhão. Conheci-o num desses encontros da vida que a gente faz. A teologia da terra tem um grande teólogo, que é o Sandro Galazzi. Ele escreveu muita coisa e continua escrevendo para a CPT e para todo o País sobre a questão da teologia da terra. O

primeiro livro dele é a *Teologia da terra*. Eu acho que hoje não vai dá para abordar o assunto, mas resumindo, é isso na tradição cristã. Na tradição bíblica, se a gente for lá atrás, é uma verdadeira revolução comparando com essa questão de latifúndio, da concentração da terra, e nenhum livro da bíblia justifica a concentração da terra e a propriedade exclusiva. Sempre é um bem comum, uma revolução, exagerando um pouco é um comunismo puro. Antes de existir o regime comunista soviético, etc., a Bíblia é um livro comunista. Tudo é comum. Comunal. Queria aqui recuperar uma sabença de um trabalhador rural do Ceará, por ocasião de uma reunião com o governador do Pará, na época do regime militar, o Alacid Nunes. O cabra disparou: "Governandor, o senhor que mora na cidade, come, bebe e dorme. Sem os trabalhadores rurais a cidade não come e não dorme". Fez-se um silêncio e a reunião acabou. Sabedoria popular de um senhor sem letra formal, mas que sabe ler o mundo. E lá no Antigo Testamento diz que a terra tem um único dono, que é Deus, e acabou. A teologia da terra resgata o bojo da Bíblia para a resistência, para a esperança e para continuar a luta. Miquéias, por exemplo, mete o pau no Poder Judiciário. Um poder sempre alinhado aos interesses do latifúndio. Aqui no Pará é terrível. Temos também o Amós. É muito forte hoje ler Miquéias. Foi uma luta que não começamos. Essa luta pela terra, pela reforma agrária vem da história, porque a história está em disputa, é a luta de classe, a Bíblia é um livro repleto de lutas de classes. Ali nasce o Cristianismo. A Galileia é o local dos marginalizados. O que defendemos é a vida plena, vida em abundância, e não essas medidas desse genocida que ocupa a Presidência. Aqui temos muitos jovens, em vários coletivos, que não são cristãos. Mas que militamos na mesma causa. Tenho 41 anos de padre. Muitos desses jovens são muito mais cristãos do que eu. O Reino de Deus é que nucleia toda essa luta. No livro do Apocalipse o que se deseja é uma terra sem males. É a utopia. É algo presente. O papa traduziu isso no verbo esperançar. O esperançar é a luta. O correr atrás dos sonhos. A construção do Reino de Deus no dia a dia. Por essas questões Jesus incomodou tanto. Era um subversivo. Ele é vida. Ele é Páscoa. Podem até matar uma rosa, mas não matarão a primavera, dizia Che. Javé defende um reinado sem Egito, sem opressores. Temos um assessor, o Marcelo Barros, que assina um importante trabalho sobre a luta pela terra, é importante conhecer esse trabalho. Temos muita gente boa por todo o País.

Quintas Resistentes – Por falar na luta pela terra, sobre a esperança, após 30 anos de democracia, eu queria que o senhor resumisse um pouco isso. Como está a luta hoje em dia pela terra?

Padre Paulinho – Você falou 30 anos de democracia, eu não ousaria afirmar com tanta certeza assim. Enquanto a terra for concentrada, não existe democracia verdadeira, enquanto o pão, o alimento desse país, estiver na mão do agronegócio, de grandes grupos econômicos que só veem o "financismo" na frente, não teremos democracia. A democracia verdadeira e plena nasce de uma terra sem cercas, nasce de uma economia diferente, e não essa que mata. Necessitamos de uma economia que gere vida distributiva, partilhada plenamente, direitos de todos e todas. Então, politicamente falando, uma democracia representativa. A nossa democracia é extremamente frágil, nossa democracia brasileira, a vida toda, foi muito curta, e só o processo eletivo não representa a democracia. A terra ainda está na mão do latifúndio, ela é concentrada e aumenta cada dia mais a concentração nesse período, dos anos 1990 para cá. Novos inimigos estão aqui na Amazônia, sobretudo não mais o fazendeiro, o pecuarista, o criador de gado. Hoje é muito pior que aquele tempo, fazendo uma comparação. A violência aumenta na presença do agronegócio, os gran-

des projetos implantados na Amazônia e os novos para serem implantados. Sabem quais? São hidrelétricas para gerar energia gratuita para implantação da mineração, empresas para o agronegócio, agenda de construção de ferrovias, a exemplo da Norte-Sul, do Ferrogrão no oeste do Pará, os portos. Hoje tua pergunta, 30 anos depois, eu confirmo com os dados do último Caderno de Conflitos da CPT, a situação sempre tem piorado. Os novos inimigos estão aqui. O avanço do agronegócio na região do sul, assim como no oeste do Pará, e nas proximidades de Belém, é algo que é um outro tema. Seja da soja, além do gado e da mineração, monocultivo do dendê. Isso tudo ameaça os territórios indígenas em todos os cantos da Amazônia; os camponeses, nem se fala. Os grandes projetos, sobretudo da mineração, representam uma ameaça à reprodução da vida dos nossos povos da floresta. O território da Amazônia está sendo cada vez mais saqueado. É um crime o saque para a exportação. Sugiro que leiam a Carta dos Bispos da Amazônia ao Povo Brasileiro. O documento foi lançado em maio deste ano. É excelente. Nomeia os bois. É um documento muito corajoso diante da conjuntura em que vivemos. É uma profecia.

Quintas Resistentes – Padre Paulinho, o senhor está falando dos Cadernos de Conflitos da CPT. O senhor pode explicar o que são esses documentos, que tipo de informação a gente consegue acessar?

Padre Paulinho – Resumindo bastante, o Caderno de Conflitos é uma produção do setor de comunicação da CPT Nacional que se chama Centro de Documentação Dom Tomas Bauduíno. Tem uma equipe de jornalistas, de técnicos e de muitos assessores da academia, das universidades que ajudam a escrever, fazer a leitura política crítica do cenário nacional naquele período. Por exemplo, o Caderno de agora é referente ao período de 2020. Ele traz gráficos de várias temáticas com as quais a CPT trabalha na luta pela terra, na questão da terra, água, ameaças, trabalho escravo, floresta, meio ambiente, mulheres indígenas e quilombolas. Então, esse caderno agrega várias forças, vários atores sociais na luta pela terra com todos esses rostos que eu acabei de dizer. O Caderno tem sido um marco extremamente importante na história do Brasil, tanto para pesquisa, para academia, quanto como ferramenta dos próprios camponeses. É um Caderno acessível que tem duas modalidades: física e digital. É só acessar o site da CPT. Muitas pessoas do mundo, pesquisadores, procuram o Caderno como fonte de pesquisa. Estamos fazendo até versão em inglês por conta desse interesse. Até hoje o Caderno nunca foi contestado pelo governo federal, pelos militares como um caderno que inventasse dados e fatos. Tudo que é registrado no Caderno é fonte de denúncias públicas que todos sabem. Então, ele não se contesta. Dizer também que aqui no Pará tem esse acervo regional da CPT, que é muito antigo. Aqui, nem o Estado, nem o Poder Judiciário e nem os organismos públicos de governo têm a documentação que a CPT tem. Inclusive, alguns atores de governo, de alguns departamentos, pesquisam no escritório. O Incra não tem, o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) não tem, porque o poder público não tem o interesse de guardar a memória histórica da luta popular, como não teve no passado o cuidado de zelar e cuidar da memória da resistência do povo negro no Brasil. No período de cativeiro foi o ministro que mandou queimar todos os arquivos da história do tráfico negreiro. Foi o Rui Barbosa, né, que deu a ordem. O tão inteligente que mandou queimar, destruir todo o acervo do tráfico do povo negro para o Brasil para formar fazenda de café em todo canto. O Caderno de Conflitos traz todo um resgate da luta naquele período, com alguns artigos de especialistas que debatem o tema. A

segunda parte do caderno são todos os gráficos das lutas. Os ameaçados de morte, quantas famílias foram atingidas naquele ano, quantos despejos, quantos assassinatos de mulheres, crianças, lideranças sociais, naquele tempo. É todo um conjunto de dados que a CPT vai recolhendo e vai abastecendo esse setor de comunicação, e se forma, se fecha o Caderno de Conflitos daquele período. Ele começou a ser produzido em 1985, um ano de várias chacinas no Pará. É um instrumento de pesquisa sobre conflitos muito procurado, e hoje já está todo digitalizado. Divulgamos o Caderno numa coletiva à imprensa, convidamos os nossos parceiros, os defensores de direitos humanos, os movimentos sociais, OAB, etc.

Roda de perguntas nos comentários dos expectadores e participante da live

Plateia – Na verdade é mais uma afirmação da participante Marcia Andrade, que diz "que a terra foi prometida, conquistada", entretanto comercializada e saqueada. O participante Rogerio Almeida diz: "Licença para sugerir duas indagações: falar das formas de resistência camponesa e sobre o Boletim da PA-150".

Padre Paulinho – O boletim chamado o *Grito da PA-150*. Eita, você me fez revirar nas memórias, que não falei nas colocações. Mas era muita coisa para falar. É uma boa lembrança, companheiro. No período em que estávamos lá na PA-150, hoje são municípios, naquela época não eram municípios, eram vilas, era uma luta danada pela terra; nós, como equipe de pastoral, a Dorothy, eu, padre Humberto, o seminarista Eduardo, resolvemos criar um meio de comunicação para circular as informações. Fazer denúncias da questão do latifúndio da região. Nós ousamos fazer um pequeno jornalzinho de duas páginas mimeografado. Lá o Movimento de Educação de Base (MEB) da Diocese tinha um mimeógrafo a tinta. Não sei se vocês conheciam esses sistemas. Agora tem computador, internet, impressora, uma modernidade. Então, daquele jeito, com as possibilidades que tínhamos, fazíamos aquele boletim. Ele tinha edição mensal. Era muito, mas muito bem aceito. Era nosso instrumento de comunicação, mas do que isso, era um instrumento de resistência e organização dos posseiros, além de denunciar os crimes dos latifúndios, crimes do poder público, crimes do Incra, os crimes militares das forças armadas naquela região, como falei anteriormente. Então, esse jornalzinho não tinha medo de falar e dar nome aos bois, não. Teve uma vida útil e curta. Depois eu tive que sair um ano da região, isso foi nos anos 1982 a 1985. Foram 3 anos de edições do boletim. O que aconteceu é que depois retornamos para Belém. Nós recuperamos as edições e fizemos um volume de todos os números que estavam guardados no escritório da CPT. *O Grito da PA-150* foi o nome dado por uma consulta popular desde o primeiro número. Não fomos nós que escolhemos o nome. Tudo foi discutido com os camponeses, com os posseiros para ser um porta-voz deles e não um porta-voz do estado, da equipe pastoral. Todos foram unânimes, tem que ser o Grito! Tem que fazer valer o nosso grito. Claro que os primeiros números eram espalhados para Tocantins, Belém, e foi ganhando uma dimensão além da PA-150. Mas, até hoje, nós temos o volume de todas as publicações. Hoje, quando a gente reler aquele boletim, a gente morre de rir. A gente era doido. Era uma loucura colocar nomes de todo mundo no boletim, havia desenhos. O Eduardo era muito bom em desenhar com aqueles estiletes de ponta fininha, porque a matriz do mimeógrafo a tinta era muito delicada. Ele passava noites desenhando o Curió (major do Exército) com uma figura do dragão, o trator representando o governo federal, os peixinhos juntos comendo o peixão. A ilustração é um processo educativo,

pedagógico, de uma conscientização política. É claro, muitos que podiam ver o boletim não sabiam ler, não tinham leitura, e os desenhinhos já bastavam para entender tudo que estava escrito. Isso que era legal, e tinha grande divulgação mensal. Resumindo, é isso. Em Belém temos essa relíquia guardada, e quando os estudantes pesquisam o jornal, eles ficam totalmente "porres", no pleno sentido de pegar um porre quando acessam o boletim, naquele contexto de militarização, e como que ele ousava romper esse cerco e fazer "sair para fora" o grito do povo. Alguém colocou aqui o Lamparina, em Santarém. O Lamparina, um filme documentado extraordinário, o Ranulfo Peloso veio de Santarém uma vez no ônibus, nos navios para Arraiais, hoje Jacundá, para passar esse filme no salão de madeira. O rapaz deu para nós, gratuitamente, eu só queria perguntar se o Lamparina está em forma de pendrive, um documentário extraordinário da luta pela terra em Santarém chamado Lamparina. Nós temos muitos deles aqui também no acervo da CPT.

Quintas Resistentes – É até um bom título de programa para gente poder fazer essas experiências de comunicação na região. É importante a gente conhecer realmente.

Padre Paulinho – Existem muitas produções em DVD. Tem um documentário chamado *Matando por terras*. Foi feito pelo Vicente Rios, que era estudante de comunicação da Católica de Goiânia, GO, com um grande pesquisador inglês, Andrews. Eles percorreram Conceição do Araguaia, Jacundá, Goianésia e fizeram um documentário extraordinário que demorou 10 anos para vir a público, porque alguns personagens, que eram pessoas ligadas à região, se estivessem vivos, os autores não iriam divulgar, por risco de vida. Dez anos depois que veio ao conhecimento do público, esse documentário, que se chama *Matando por terras*, é muito bom. Existem vários registros da nossa luta. Sobre a Dorothy, a Adelaide, o Josimo.

Quintas Resistentes – Seguindo com as perguntas, temos o Lucas Gomes que diz: O senhor saberia dizer se houve homens e mulheres de tradição protestante que atuaram na luta pela terra no Brasil?

Padre Paulinho – Sim, com grande alegria, paixão, desde o início da história da CPT. Ela tem uma visão ecumênica, em alguns estados mais forte do que em os outros. Eu sei que, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, as Igrejas chamadas históricas tiveram a presença atuante, inclusive dos membros no Conselho Nacional da CPT, os pastores e as pastoras. Até hoje esse olhar ecumênico é presente na Pastoral da Terra. É um organismo da CNBB, mas não fechado por uma igreja, para dentro, ao contrário, é para fora. Eu recordo que na luta pela terra, na PA-150, várias situações concretas, os posseiros, lutadores e atualmente os sem terras, não são todos de confissão da Igreja Católica. Lembro-me de uma luta em Goianésia em que a maioria dos posseiros era da Igreja Batista. A luta pela terra nos unia de certa maneira, não tinha como dizer que um era católico e outro era de uma corrente protestante. Todos somos cristãos, mesmo que não seja cristão de tradição cristã. O sagrado da terra não tem coloração religiosa, porque ela, por si, já é sagrada, e por causa dessa missão da criação do próprio Deus, que é de todos. Essa questão assim, de confissão religiosa, não entra muito em disputa, a não ser as correntes fundamentalistas, aí que é complicado, as igrejas neopentecostais. Aí é muito complicado. Eu me lembro, em Goianésia, que o pastor da Igreja Batista dava total apoio à nossa luta. A gente brincava, conversamos muito,

tínhamos reuniões na própria igreja. Os posseiros que não ficavam somente na igreja católica manjada pelos pistoleiros, polícia militar, e quando ocorriam reuniões também eram nas igrejas deles que abrissem as portas, a gente orava e fazia reunião para escutar os posseiros. Os pastores e as pastoras contribuíam financeiramente para viagens a Belém. Era uma coisa solidária, que passava a questão religiosa. Ele até brincava assim comigo, o pastor, e ficamos muito amigos. "Oh, padre Paulinho, eu quero parabenizá-lo por enfrentar grileiros e assumir riscos". Mas, pastor, vem o senhor também. "Ah, eu gostaria, mas eu tenho um empecilho". Mas qual é o empecilho? "Eu sou casado e tenho três filhos, o senhor não tem mulher e nem filhos". Então quer dizer que eu posso morrer e o senhor não pode morrer de bala? A gente ria e se abraçava. Infelizmente não recordo o nome dele. Era gostoso esse ecumenismo da base. Ecumenismo na luta, esse olhar, e na luta pela terra não tinha só posseiro católico. Hoje, por exemplo, no MST é muito próximo, e está junto. Tem todas as confissões religiosas e até da linha fundamentalista, da neopentecostal até de cabeça mais aberta. A luta faz abrir a cabeça, como o posseiro diz: "A luta faz a lei, a luta faz abrir a mentalidade religiosa", e quando as pessoas compreendem, vai. Eu falei de uma senhora que foi assassinada há 2 anos perto de Belém, dona Kátia de Sousa Martins. Ela era da Igreja Assembleia de Deus. Eu não a conhecia. Eu vim a conhecer a militância dela em seu sepultamento, e depois na celebração do 7º dia do falecimento, em que houve um culto ecumênico. Um grande ato público político lá no território dela, o assentamento 1º de Janeiro. Foi uma única celebração em memória de dona Kátia, e ela era militante da igreja Assembleia de Deus. Como que a luta pela terra une e não divide nessa dificuldade extrema de dialogar com outras confissões religiosas, mas na CPT tem essa tradição de ser ecumênica. Boa a questão que se colocou sobre a presença de outras confissões religiosas cristãs, aliás, inter-religiosas também, porque muitas comunidades de raiz africana, parabéns a vocês aí, porque eu estou vendo, né. Isso na questão da mística, cosmovisão da espiritualidade da terra é fenomenal. Aqui em Belém tem duas mães de santo de terreiros que participam de tudo quanto é ato religioso e ecumênico. Eu me considero afilhado da mãe Mangetú, porque eu peço benção a ela, ela me abençoa e depois ela pede a benção do padre e eu retribuo. A gente faz aquela mística inter-religiosa, há várias situações aqui, principalmente no período da pandemia, antes e depois, muito bonito.

Quintas Resistentes – Eu não sei se essa é a última pergunta que nós temos, mas é a Natasha Gomes que gostaria de saber como a CPT tem feito o trabalho de assessoramento em prol da reforma agrária.

Padre Paulinho – A CPT é um serviço e esse serviço também é um assessoramento. A CPT, quando é chamada para assessorar, por exemplo, discutir políticas públicas, discutir produção, discutir técnicas agrícolas, discutir direitos à terra, ela vai. A CPT tem alguns agentes que são especializados, por exemplo, na área do Direito tem um setor da CPT Nacional que é dos advogados populares que são ligados à rede do Brasil chamada Juristas pela Democracia, movimento independente, libertário, e os advogados da CPT participam do movimento social do juristas pela democracia.Tem também a rede chamada Rede Nacional dos Advogados Populares (Renap). Aqui no Pará temos atualmente seis advogados. Um advogado e cinco meninas advogadas. Têm dois em Marabá, uma em Tucumã e duas em Itaituba, lá no oeste do Pará. São agentes pastorais, como nós, e conforme as necessidades da luta pela reforma agrária, dessa pergunta que você fala,

da assessoria, depende da nossa demanda. A demanda vem dos trabalhadores rurais. A gente não faz assessoria porque queremos fazer, nós nunca nos consideramos protagonista do processo de reforma agrária. É o movimento social que é o protagonista, o sujeito. Se o movimento sindical nos pede assessoria, nós vamos lá fazer assessoria conforme a pauta que eles solicitam. Se for um assentamento, vamos fazer isso; se é o MST, procura isso, se são os povos da terra, nos procuram. Quando a gente não pode fazer assessoria como CPT, a gente vai buscar apoio. Por exemplo, aqui em Belém tem a Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SPDDH), tem professores da UFPA, professores da Uepa. Então, nos diálogos, essa relação que facilita muito ampliar esse leque na questão da assessoria, sabendo que os trabalhadores rurais são sujeitos do seu processo, assessoria não pode substituir. Somos uma ferramenta para ajudar a fazer uma leitura coletiva da situação atual conjuntural política do País, da reforma agrária. Não é um assessor que vai ministrar aula e ensinar, nós temos muito cuidado de não ser uma entidade que venha a substituir a luta popular, a autonomia do movimento social, a legitimidade do movimento social popular da luta pela terra da reforma agrária. Nós, sendo solicitados, vamos ser aliados juntos com eles no processo deles. Nós não impomos um processo metodológico e nem político. Os sujeitos são eles, e isso nós temos muito claro em qualquer assessoria. Por exemplo, o método educativo de Paulo Freire, a CPT trabalhou muito tempo em várias regiões na questão da cultura popular, a educação popular, na defesa de Escolas Familiares Rurais (EFAs), mas com esse cuidado, o protagonismo do processo educativo popular é o jovem, é o camponês, é a mulher, é a criança. Nós não podemos substituí-los porque seria uma educação capitalista burguesa e colonialista. Deus me livre dessa educação com essa vertente de achar que os outros não sabem. Eles sabem, nós os ajudamos a descobrirem seus próprios saberes e o próprio poder, e isso é um serviço que nós entendemos como assessoria de movimento social na luta pela reforma agrária. Claro, a algumas ferramentas temos mais acessibilidade, como o advogado da CPT que estudou direito agrário. Ele tem muito mais ferramenta, ele acompanha processos, ele convive com processos em sua rotina, muitos deles vão a júri. Eles têm mais domínio da ferramenta jurídica, mais como educador, e não como aquele que vem ensinar e impor receitas prontas. Jamais vamos aceitar essa metodologia política de ensinar receitas de cima para baixo. Isso não é processo histórico dos povos.

Quintas Resistentes – Muito obrigado pela reflexão! Foi uma riqueza de informação em vários campos.

Padre Paulinho – Indo para as palavras finais, aliás, não tem palavra final, né! Nesse filme não tem happy and, a luta pela terra não tem final. Inclusive, alguns filmes brasileiros que achei fantásticos não têm final feliz. A luta continua. O filho de Raimundo Lima (Gringo), a primeira liderança a tomar na região do Araguaia, o Alex, no ano passado defendeu uma dissertação da luta pela terra após 40 anos da execução do pai. As viúvas e filhos, em muitos casos, seguem na luta. Assim como a especulação da terra, as violências, as injustiças. O valor de mercado da terra engloba Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e aqui na Amazônia, qual é o preço por hectare de mercado? Nós temos que abominar transformar terra em mercadoria. A primeira conclusão que temos com isso tem que ser como mãe terra, criadora de vida com todo o seu conjunto, é respeitando a diversidade, a vocação dela, água, terra, floresta está tudo interligado, tem uma música muito bonita que se chama "Tudo está interligado", depois eu posso passar para

vocês. A propriedade privada é a contradição desses ensinamentos bíblicos, e também da doutrina social da igreja, guerrilhamos e lutamos contra esse conceito capitalista, burguês, colonialista da propriedade privada. A terra é um bem comum, é um bem da humanidade, é um bem de todos. O sonho é a terra sem males; no caso da Bíblia, a terra prometida. Aqui eu concluo com as palavras do papa Francisco, ele convocou quatro assembleias do movimento popular mundial, movimento social, e ele não queria nada de grupos pastorais. A CPT só foi convidada no último encontro, foram dois encontros na Bolívia e os dois em Roma. Foi um convite do movimento social de todo o mundo para esses seis dias de assembleias. O papa sentou na última cadeira, lá na Bolívia, e escutou seis dias de exposições de membros sociais mundiais. Nesse encontro da Bolívia, a cada encontro, a CNBB publicou um caderninho que traz o resumo dessas assembleias populares do movimento social. No número 4, que foi a publicação da CNBB, o papa Francisco resume o encontro, foi o último a falar, escutou durante seis dias e agora era a palavra do papa Francisco. Qual era o sonho dele? Era uma declaração que nós fizemos, um banner com as palavras de Francisco: "Nenhuma família sem-teto, nenhum camponês sem-terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma criança sem infância, nenhum idoso sem dignidade, por favor, cuidem bem da mãe terra". A palavra do papa Francisco bombou no mundo todo. Deixou muita gente do clero, dos bispos muito incomodados. Com certeza ele criou muito ódio em latifundiários e governantes. Então, concluo com essa palavra profética do papa Francisco. Porque a terra é de quem vive e nela trabalha. Usamos muito essa palavra de ordem nos anos 1970, 1980 e 1990. Acima da lei está o direito, o poder legítimo. Nem sempre, e quase nunca, a lei favoreceu o pobre trabalhador rural, então "na lei e na marra, nós vamos ganhar. A terra é de quem vive e nela trabalha" era um canto que eles cantavam muito. A grande luta da CPT, do MST e de outras organizações na luta pela reforma agrária é o combate contra os agrotóxicos e o agronegócio. Aqui no Norte, perto de Belém, duas áreas de latifúndios e de fazenda jogaram veneno de avião, e nós fomos lá para cima, com o MST, para verificar esse crime dos fazendeiros. E foi feita a denúncia. E isso tem se repetido no Maranhão, estão jogando agrotóxicos de avião para matar a erva daninha, não era para matar a erva daninha, era para atingir o povo, os rios, as nascentes. Um desastre, um crime ambiental gravíssimo. Então, é isso, companheiras e companheiros. Estamos vivendo em um período muito crítico, numa encruzilhada, e acho que o nosso grito hoje tem de ser de forma unificada, como foi a manifestação do dia 29, que reuniu o País todo em torno do "Fora genocida! Fora Bolsonaro!" Fora todas essas milícias que tomam conta do poder deste País. Infelizmente esse veneno, a questão do ódio está espalhado, e é muito complicado. Tem horas que temos que ter a cabeça no lugar, firmar os pés no chão, amarrar os nossos eixos na história dos povos. Não tem mais recuo, jamais as elites deste País e de nenhum país do mundo louvaram a humanidade e o planeta. Os únicos que têm o poder de conservar as vidas e o planeta são os oprimidos do mundo. Temos esse legado, os grandes revolucionários do passado e do presente já nos disseram isso, com todas as letras, e é esse legado que nós temos que conservar, o legado dos mártires, dos heróis para avançar no processo de luta coletiva em defesa da vida. Vida plena e em abundância!

Revista Terceira Margem

AMAZÔNIA

58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober)

Cooperativismo, Inovação e Sustentabilidade para o Desenvolvimento Rural

17

A Revista Terceira Margem Amazônia traz nesta edição um conjunto de 12 artigos selecionados a partir do conjunto de trabalhos aprovados e apresentados no 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), que, em 2020, foi realizado pela primeira vez de forma virtual devido à pandemia de covid-19. Também em 2020, pela primeira vez, a Sober buscou revistas parceiras para considerar trabalhos selecionados pela sua qualidade e escopo temático, de acordo com as prioridades editoriais das revistas. Assim, a Revista Terceira Margem Amazônia estabeleceu parceria com a Sober e apresenta aos seus leitores esse conjunto de 12 artigos.